

**COM A PALAVRA, OS METALÚRGICOS DO ABC
HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA DA TRIBUNA METALÚRGICA¹**

**THE VOICE OF THE ABC METALLURGICALS
ORAL HISTORY AND MEMORY OF THE TRIBUNA METALÚRGICA**

Cristine Gleria Vecchi²

Resumo

Com a movimentação sindical no ABC Paulista em 1970, os sindicatos passaram a dialogar com os trabalhadores por meio de jornais. A *Tribuna Metalúrgica* (TM) é criada em 1971, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, e tem acompanhado as transformações na política no país. Em momentos de intervenção do Sindicato, era proibida de circular e produzida clandestinamente. O que os sindicalistas lembram sobre a produção dos jornais nesses períodos? Essa questão motivou o estudo acerca da memória daqueles que produziram e/ou distribuíram a TM. Utiliza-se a metodologia de história oral e desenvolve-se o conceito de memória com Bergson, Halbwachs e de história oral com Meihy, Holanda e Perazzo. Apresentam-se os primeiros resultados das entrevistas.

Palavras-chave: Jornal sindical. Memória. História oral.

Abstract

With the union movement in ABC Paulista in 1970, the unions began to dialogue with the workers through newspapers. *Tribuna Metalúrgica* (TM) was created in 1971 by the Metalworkers' Union of ABC, and has been following the transformations in politics in the country. At times of Union intervention, it was forbidden to circulate and produce clandestinely. What do producers have to say about the production of newspapers in those periods? This question motivated the study of the memory of those who produced and / or distributed TM. The oral history methodology is used and the concept of memory is developed with Bergson, Halbwachs and oral history with Meihy, Holanda and Perazzo. The first results of the interviews are presented.

Keywords: Newspaper Union. Memory. Oral history.

¹Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Memória e Vínculos Comunicativos, do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

² Dotoranda em Comunicação, PPGCOM da Universidade Paulista - Unip, cristinevecchi@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

A década de 1970 viu surgir um movimento de trabalhadores nunca antes experimentado no país. Apesar de a luta dos operários na região do ABC Paulista ter iniciado em 1906 - com a paralisação de 500 trabalhadores em uma fábrica de tecidos que reivindicavam aumento de salários, diminuição da jornada de trabalho, entre outros -, o movimento ganhou força com a criação dos primeiros sindicatos na região. Na década de 1930 cresceu cada vez mais até ser enfraquecido pelas sucessivas tentativas dos governos militares de “manter a ordem³” e o controle sobre os sindicatos.

É no governo Médici, de 1969 a 1974, que o país vive o maior período de repressão da ditadura militar. O surto do “milagre brasileiro” (1969-1973) intensifica a industrialização, que no ABC Paulista foi iniciado na década de 1950 por Juscelino Kubitschek, com a implantação das grandes montadoras automobilísticas multinacionais. Com isso, a região passou a abrigar inúmeras fábricas e a possuir um contingente grande de trabalhadores que, na década de 1970, começam a se mobilizar cada vez mais.

Nesse contexto, a necessidade dos sindicatos de dialogar com os trabalhadores era fundamental. Começam a surgir jornais com o objetivo de informar sua categoria das lutas por melhores condições de remuneração e trabalho. Esse tipo de meio de comunicação tornou-se importante para os sindicatos e os trabalhadores no país:

O final da década de 70 marca um novo despertar para o movimento sindical. Aos operários, com o extermínio do movimento estudantil, coube o papel de vanguarda na luta pela redemocratização, que fez do ABC paulista o seu quartel-general. Já na década de 1980, o novo sindicalismo registra transformações profundas, devido à incorporação de novos veículos de informação e de jornalistas e técnicos em suas redações. Aos jornais vieram se juntar revistas, programas de rádio e de TV, além de boletins eletrônicos e sites na internet, criando um nicho definido no mercado da Comunicação⁴.

Assim surge o jornal Tribuna Metalúrgica (TM) em julho de 1971, editado pelo então Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de

³ O governo de Médici (1969 a 1974) criou vários órgãos governamentais para manter a ordem pública, atuando com repressão contra as organizações sindicais e de luta política.

⁴ Brasil. Secretaria especial de comunicação social. Breve história da imprensa sindical no Brasil. Cadernos da comunicação. Série estudos. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101406/estudos14.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

São Bernardo do Campo e Diadema⁵ com o objetivo de auxiliar no diálogo com os trabalhadores nas fábricas. “O jornal TM representava uma iniciativa que não visava apenas atingir os metalúrgicos. Revelava uma estratégia: a veiculação das ‘vozes operárias’, o desejo de que participassem efetivamente do sindicato” (Paranhos, 1999, p. 29).

Essas vozes foram silenciadas em diversos momentos como, por exemplo, durante as intervenções sofridas pela instituição nos anos de 1979, 1980 e 1983/1984, e o jornal passou a ser produzido e distribuído de forma clandestina. Para não serem alvo de represálias dos interventores, a publicação exibia apenas a informação “diretoria cassada pelo governo”, não sendo possível verificar quem trabalhou para que as edições circulassem entre os trabalhadores nas portas das fábricas. Mas o que os produtores/distribuidores do jornal têm a dizer sobre a produção dos jornais nesses períodos? Essa inquietação foi responsável pelo presente artigo⁶ que, por meio dos estudos da memória e da metodologia de história oral pretende “traduzir uma vontade com o esclarecimento de situações” (Meihy, 1996, p. 32). Em outra publicação, Meihy e Holanda (2013) destacam que não é recomendável pensar que a história oral serve exclusivamente para “tapar buracos documentais”. Pelo contrário, “relevar o valor das narrações como forma de vê-las ‘em si’ é modo saudável de considerar a história oral” (Meihy & Holanda, 2013, p. 25).

Dessa forma, objetivamos conhecer, por meio das histórias de vida dos que participaram da produção e/ou distribuição da TM durante as intervenções sofridas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (comunidade de destino), as estratégias utilizadas para garantir a produção e a circulação do jornal nos períodos citados. Dessa forma, acreditamos ser possível analisar, compreender e conhecer as particularidades das vivências dos envolvidos, bem como os significados atribuídos aos eventos.

A história oral é aqui entendida como a narração do sujeito depoente em que a verdade está na sua versão, possuindo liberdade de revelar ou ocultar fatos sobre sua vida, sua experiência pessoal sobre os fatos. Trata-se (...) “de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam” (Alberti, 2013, p. 24).

⁵ O Sindicato dos Metalúrgicos, criado em 1933, agrupava os trabalhadores de todo o ABC Paulista. Em 1959 se fragmentou e então surge o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o de Diadema. Em 1993 ocorre novamente a unificação com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

⁶ O presente estudo encontra-se ainda no início. Trata-se da tese de doutoramento da autora.

Entendemos, também, que a memória do sujeito está amarrada à do grupo, à memória coletiva de cada sociedade. Segundo Halbwachs (2003), a memória coletiva é o que dá coesão ao grupo que, por sua vez, é constituído pelos indivíduos: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 2003, p. 51).

Utilizaremos, portanto, da memória como fonte, e o passado, ali retido, evocado no presente, não vem à tona puro: vem “atualizado” pelo eu atual que está no presente, vivendo em grupo, coletivamente, socialmente. Colocamos nele elementos que não estavam lá, elementos de nossa percepção presente. Nas palavras de Meihy e Holanda (2013, p. 17), história oral “é sempre uma história do tempo presente”.

Considerando que os responsáveis pela produção e/ou distribuição dos jornais são, em sua maioria, ainda desconhecidos, utilizamos os levantamentos já realizados com algumas fontes do próprio Sindicato. As demais serão reveladas na medida da demanda da pesquisa de doutoramento da autora.

Meihy e Holanda (2013) orientam como e por quem começar o trabalho de história oral. De acordo com os autores, é muito importante valorizar a entrevista inicial, chamada por eles de ponto zero, pois é nela “(...) que se extraem as perguntas específicas que favorecem a continuidade das demais” (Meihy & Holanda, 2013, p. 49). Além disso:

Entende-se por ponto zero um depoente que conheça a história do grupo (...). Deve-se, depois de tomar ciência do que existe escrito sobre o caso, fazer uma ou mais entrevistas em profundidade com esta pessoa que é a depositária da história grupal ou referência para histórias de outros parceiros (Meihy, 1996, p. 54).

Para compreender as narrativas dos depoentes, valemo-nos de autores que centraram suas reflexões na memória e história oral. Bergson (1859-1941), Halbwachs (1877-1945), Pollak (1948-1992) serão os autores que sustentarão as análises sobre memória e Meihy, Holanda e Perazzo, para história oral.

MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Memória é um termo estudado em diferentes áreas do conhecimento como história, psicologia, sociologia, medicina, entre outras. Para o Dicionário Houaiss⁷, trata-se da “faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos” ou “aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; lembrança, reminiscência”.

Henri Bergson, um dos primeiros a pensar o conceito em sua obra “Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito” (2010), trabalha com a hipótese de que a memória atua em um dualismo entre espírito e matéria, sendo que “(...) a lembrança representa precisamente o ponto de intersecção entre o espírito e a matéria” (Bergson, 2010, p. 5). Essa matéria é entendida como um conjunto de imagens que representam algo, localizadas no meio, entre a representação e a coisa em si.

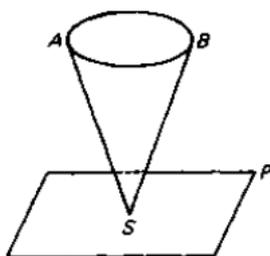
Portanto, quando o indivíduo pensa/lembra algo, surgem imagens que, sempre mediadas pela presença do corpo, provocam reações (ações/attitudes). Logo, esse corpo, segundo o autor, guardaria esquemas de comportamento responsáveis pelas nossas ações. Haveria um esquema de imagem → cérebro → ação-reação, em que a imagem chega até o cérebro e volta em forma de ação-reação do corpo, ou seja, repetições, mecanismos motores, ou como Bergson denominou, memória-hábito. Por outro lado, haveria também uma memória independente (memória-lembrança), independente de hábitos, formada por “lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado” (Bergson, 1990, *apud* Bosi, 2001, p. 48). Segundo Bergson, é sob a forma de imagens-lembranças que a memória-lembrança registra todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana na medida em que se desenrolam, atribuindo a cada fato um lugar, uma data. “Ela acaba por armazenar o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural” (Bergson, 2010, p. 86).

O autor defende, ainda, o caráter individual da memória: “(...) nossa percepção completa está carregada de imagens que nos pertencem pessoalmente (...)” (Bergson, 2010, p. 70). Portanto, a memória seria um conhecimento subjetivo, individual da realidade, uma reserva crescente a cada instante, a totalidade da experiência adquirida. Ilustra sua teoria a partir da metáfora de um cone invertido (Figura 1), em que plano, representado pela letra P, é

⁷ Memória. In: Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2018.

o presente e S o ponto de contato do presente com o passado. Todo o cone (AB) é memória, a totalidade de lembranças acumuladas e, ao tocar o presente, as lembranças do passado são lembradas em nosso presente.

Figura 1: Cone da memória



Fonte: Bergson, 2010, p. 178.

Maurice Halbwachs (2003) desloca o enfoque dos fenômenos psicológicos individuais teorizados por Bergson para as funções que estes cumprem no interior do grupo e da sociedade. Para ele, a memória é constituída por quadros sociais, lembranças coletivas que, mesmo fazendo parte de acontecimentos vivenciados individualmente, são lembradas a partir de noções comuns, dos outros.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (Halbwachs, 2003, p. 39).

Dessa forma, a memória não deve ser avaliada isoladamente, mas sim em relação com a experiência social do grupo em que o sujeito está inserido, não dependendo só de sua subjetividade, mas do seu relacionamento com outros atores sociais como a classe social, igreja, família, profissão, etc. Ainda, nas palavras de Pollak (1989, p. 14) “(...) mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”.

Apesar de divergirem sobre a natureza individual ou coletiva da memória, ambos (Bergson e Halbwachs) concordam que é no tempo presente que os fatos passados são atualizados e ressignificados. Bergson (2010, p. 69) afirma que “(...) se colocarmos a memória, isto é, uma sobrevivência das imagens passadas, estas imagens irão misturar-se

constantemente à nossa percepção do presente e poderão inclusive substituí-la”. Para Halbwachs (2003, p. 75) “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”.

E é nesse presente que são realizadas as entrevistas de história oral que, embora abordem temas e lembranças do passado, são atualizadas pelo *eu* atual, do presente, do depoente.

(...) as narrativas orais não são nem menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que muitas histórias oficiais, considerando que os depoentes contam seus “enredos” a partir do presente, numa recriação das circunstâncias que envolvem seu imaginário, selecionando, intencionalmente ou não, fatos e acontecimentos, por lembranças e esquecimentos (Perazzo, *et al*, 2005, p. 157).

Partiremos desses conceitos de memória e história oral para análise das entrevistas iniciais, que nomeamos aqui como ponto zero.

A TM COMO PROTAGONISTA DAS GREVES NA REGIÃO DO ABC PAULISTA

A TM foi uma ferramenta importante utilizada pelo Sindicato durante as principais greves e reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos da região do ABC Paulista como forma de organizar o movimento grevista. E justamente por possuir essa função, foi impedida de circular durante as intervenções sofridas pelo Sindicato; proibição não respeitada pelos sindicalistas, que utilizaram diferentes táticas para conseguir manter certa regularidade e periodicidade na circulação do periódico. Para entender o papel mobilizador da publicação, mostraremos brevemente as reivindicações e movimentação dos trabalhadores metalúrgicos do ABC nos anos de 1979, 1980, 1983/1984 (períodos de intervenção na instituição).

1979: primeira greve geral durante a ditadura

Em 1979, 34 sindicatos de todo o estado de São Paulo, liderados pela Federação dos Metalúrgicos, iniciaram campanha que visava o reajuste e piso salarial, jornada de trabalho de 40 horas semanais, garantia no emprego e estabilidade para trabalhadores que tivessem sofrido acidente de trabalho.

Após recusa da contraproposta patronal, os trabalhadores se mobilizaram para iniciar greve. Entretanto, um dia antes do início da paralisação, a Federação aceitou reajuste inferior ao solicitado pelos trabalhadores, o que não impediu a deliberação pela greve. “Cerca de 113 mil companheiros cruzaram os braços em São Bernardo e Diadema, acompanhados por 47 mil companheiros de Santo André e região e outros 25 mil de São Caetano. (...) Era a primeira greve geral urbana de uma categoria no País após 1964”⁸.

O Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve ilegal, sendo concedido apenas o reajuste acordado pela Federação. Mesmo assim, os metalúrgicos continuaram parados, realizando, inclusive, grandes assembleias e manifestações.

Começam então a surgir ações de repressão por parte do governo que decreta intervenção federal nos três sindicatos da categoria no ABC (São Caetano, Santo André, São Bernardo e Diadema). “Mesmo com a intervenção, a greve continua até 27 de março quando, em assembleia, foi aprovada uma trégua de 45 dias, acordada entre os patrões e a diretoria cassada do Sindicato”⁹.

A diretoria do Sindicato, embora destituída pela intervenção, continuava realizando reuniões com os trabalhadores nas portas de fábricas, nos bairros e entregando materiais informativos. “Sem poder imprimir a Tribuna Metalúrgica, o ABCD Jornal, informativo que existia em edição semanal, passou a circular quase diariamente com linha editorial fornecida pela diretoria e distribuição gratuita”. Em 13 de maio os trabalhadores realizam nova assembleia, aceitam a proposta patronal de reajuste, a greve é encerrada e a intervenção ao sindicato, suspensa.

1980: 41 dias de greve

A intervenção sofrida pelo Sindicato em 1980 foi fruto de uma das mobilizações mais longas da categoria. Os trabalhadores, em campanha salarial, estavam dispostos a prosseguir com as reivindicações da greve iniciada em 1978 e que não foram completamente conquistadas. Naquela época, a categoria havia denunciado a manipulação dos índices da inflação, o que havia gerado perdas salariais para os trabalhadores de todo o país.

⁸ ABC de luta. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em 1 out. 2018.

o do Campo. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em 1 out. 2018.

⁹ ABC de luta. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em 1 out. 2018.

Entre as pautas da greve de 1980 estavam “o aumento real de 15%, reajuste trimestral, semana de 40 horas, o reconhecimento de um representante com liberdade de ir e vir dentro das fábricas e garantia de emprego por 12 meses (...)”¹⁰. Mobilizados, os trabalhadores utilizaram a TM para organizar a paralisação.

O material de propaganda é inovado, enriquecido, diversificado, e sua distribuição aumentada. O Suplemento da Tribuna Metalúrgica que havia sido criado após a greve de 1979, com notícias nacionais e denúncias de chefias e problemas vividos pelos trabalhadores nas empresas, chega a atingir a tiragem diária de 40 mil exemplares penetrando clandestinamente no interior das fábricas (Oliva, 1987, p. 180).

Dessa forma, em 1º de abril tem início a greve com a paralisação de 200 mil metalúrgicos da região. Assim como em 1979, a Federação dos Metalúrgicos fechou um acordo com os representantes patronais que não agradou aos trabalhadores que continuaram com a greve e, duas semanas após o início, o Tribunal Regional do Trabalho declara o movimento ilegal.

A partir daí, o Ministério do Trabalho decreta intervenção no Sindicato. Os trabalhadores ainda continuam parados por mais 10 dias, totalizando 41 dias de paralisação. “Os trabalhadores não tiveram todas as suas propostas atendidas, mas o movimento teve um alcance muito maior que as reivindicações iniciais. Ele abalou profundamente as estruturas de dominação da ditadura e os métodos usados para oprimir o povo brasileiro por 16 anos”¹¹.

De 1983 a 1984: greves mesmo sob intervenção

Em 1983, os metalúrgicos do ABC decidem paralisar em solidariedade ao Sindicato dos Petroleiros de Campinas. Assim, o governo militar intervém mais uma vez na instituição, cassando a diretoria eleita pelos trabalhadores.

No dia 8 de julho, às 21h30, o governo militar anunciou a cassação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. (...) Horas antes, alertados pelos então deputados e sindicalistas Djalma Bom e Expedito Soares, militantes conseguiram retirar alguns pertences, como documentação e a máquina que imprimia os boletins semanais (Rocha, 2013).

¹⁰ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. (2009). Os 30 anos da Greve de 41 dias. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=18619&id_SUB=87>. Acesso em: 1 out. 2018.

¹¹ Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. (2009). Os 30 anos da Greve de 41 dias. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=18619&id_SUB=87>. Acesso em: 1 out. 2018.

A TM resistiu a mais uma intervenção e auxiliou na mobilização dos trabalhadores que, em 1984, iniciaram greve geral em 21 de julho, com a adesão de trabalhadores em todo o estado de São Paulo.

O Sindicato ainda estava sob o comando dos interventores do Ministério do Trabalho mas, quem negociou com os representantes patronais foi a diretoria cassada, uma vez que eram os únicos, no entendimento dos “patrões”, que conseguiriam paralisar a greve. A reivindicação dessa vez foi pelo reajuste de 83,3%, a fim de recuperar as perdas salariais, além da redução da jornada (sem redução de salário), estabilidade no emprego, entre outras.

O Ministério do Trabalho convoca eleições para suspender a intervenção no Sindicato. A diretoria cassada é convocada uma reunião para o dia 25 de março, para escolher os representantes de fábrica que deveriam compor a nova chapa. Empossada a diretoria eleita, tendo Jair Meneguelli na presidência do Sindicato, a rotina de mobilização prossegue, agora contando com os recursos materiais do Sindicato, mais uma vez livre da intervenção do Ministério do Trabalho¹².

A greve foi encerrada e a categoria obteve 69,9% de reajuste, de acordo com a convenção coletiva de trabalho assinada pelas partes envolvidas.

LEVANTAMENTOS INICIAIS

Em busca de um diálogo e da possibilidade de trocar ideias sobre a produção e distribuição da TM nos períodos de intervenção do Sindicato, fomos em busca de pessoas da própria instituição que pudessem nos falar sobre os possíveis depoentes para a pesquisa. Dessa forma, nossa entrevista ponto zero foi realizada com um “depoente que conheça a história do grupo (...), pessoa que é a depositária da história grupal ou referência para histórias de outros parceiros” (Meihsy, 1996, p. 54).

Entrevistado 1, como o chamaremos a partir de agora, foi nosso primeiro contato. Trata-se de funcionário do Sindicato há mais de três décadas, atuando inclusive na TM (mas não nos períodos de intervenção). O primeiro encontro ocorreu no fim de novembro de 2017 e nos foi fornecida cópia de todas as edições da TM que o sindicato dispunha já escaneadas. Foi o primeiro momento que percebemos a ausência de nomes (editorial) nas edições produzidas

¹² Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. (2009). Campanhas salariais – 1984. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=1369>. Acesso em 1 out. 2018.

durante as intervenções: há apenas a frase “Diretoria cassada pelo Governo”, como pode ser visto na Figura 2, de edição publicada durante a intervenção de 1984.

Figura 2: “Diretoria cassada pelo governo”



Fonte: Tribuna Metalúrgica - edição 619 - janeiro/1984

Foram realizados dois encontros presenciais com o *Entrevistado 1*, que recorreu diversas vezes à sua memória, às edições da TM e às reportagens disponíveis no site do sindicato para nos contar as fases do jornal:

A Tribuna Metalúrgica passou por diversas fases: quando o Sindicato era dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, o jornal chamava-se Tribuna Metalúrgica. Mas aconteceram intervenções no sindicato. Durante as intervenções, não era possível fazer o jornal. Então a diretoria do Sindicato buscou alternativas como fazer outros jornais (ABCD Jornal) e Suplemento da Tribuna Metalúrgica. Mas mesmo assim, se algum trabalhador fosse flagrado com algum desses jornais, era agredido e preso pela polícia, ou demitido da empresa.

Por essas e outras, entre os anos de 1971 e 1993, a Tribuna Metalúrgica passou a ser rodada concomitante com o Suplemento da Tribuna, rodado entre 1979 e 1987.

Depois, em 1993, veio a Unificação dos Sindicatos, chegando na atual Tribuna Metalúrgica do ABC. (*Entrevistado 1*, 2017).

Uma curiosidade também foi lembrada pelo *Entrevistado 1*, em nosso segundo encontro, em relação ao apelido do jornal:

Naquela época, e ainda hoje, a Tribuna era conhecida como “pracelê”. Porque tinha que distribuir o jornal rapidinho na porta da fábrica, enquanto o trabalhador entrava para trabalhar. Porque os patrões não podiam ver o trabalhador com o jornal, eles pegavam rapidinho e colocavam no bolso e a gente falava: “é para você ler”, mas falando rápido ficava “pracelê”. E acabou ficando esse apelido para o jornal. (*Entrevistado 1*, 2017).

Durante os dois encontros informais com o *Entrevistado 1*, o depoente recordou nomes de pessoas que possivelmente teriam atuado na produção e/ou distribuição do jornal, fornecendo contatos de redatores, diagramadores, ilustradores e fotógrafos.

Dessa forma, em abril de 2018, nos reunimos para uma conversa informal com o *Entrevistado 2*, que participou ativamente da diretoria do Sindicato durante a intervenção de 1983/1984. Entretanto, logo no início da conversa, ele chamou mais dois trabalhadores que também atuaram na instituição no mesmo período (mas não diretamente com a TM) para “ajudá-lo” a se lembrar dos fatos (chamaremos de *Entrevistado 3* e *Entrevistado 4*).

A intervenção aconteceu em 1984, tenho certeza, e durou 8 meses (*Entrevistado 2*, 2018).

Claro que não, foi em 1983. (*Entrevistado 3*, 2018).

Nesse momento, o *Entrevistado 2* pegou uma edição de um livro produzido pelo Sindicato (Imagens da luta: 1905/1985) e começou a folheá-lo, em busca de informações que o auxiliasse a recordar os fatos passados.

Não se lembram como foi? A gente estava voltando de Piracicaba, do Congresso dos Metalúrgicos, e o Lula falou para a gente passar em Paulínia para a gente ver a greve dos petroleiros da refinaria. Aí voltamos para São Bernardo e o Lula pediu para os metalúrgicos fazerem greve em solidariedade aos trabalhadores de Paulínia. (*Entrevistado 4*, 2018)

É verdade, olha aqui no livro as fotos de quando o sindicato estava sob intervenção e a gente alugou a garagem aqui na frente do sindicato para poder se reunir (*Entrevistado 2*, 2018).

Todos os presentes começam a ver as fotos do livro onde há, na frente do prédio alugado uma faixa, escrita “Ó nós aqui traveis”.

A gente escreveu isso na faixa para os interventores lerem lá do outro lado da rua, de dentro do Sindicato, e verem que não adiantava tomar da gente nosso prédio, que a gente ia continuar na luta. (*Entrevistado 2*, 2018).

Ao serem perguntados sobre como faziam para pagar o aluguel do prédio na frente do Sindicato, iniciaram relatos com alguns pontos em comum.

Era o fundo de greve que bancava isso e também a produção da Tribuna Metalúrgica, o Suplemento informativo. Eu escrevia alguns textos na época do Suplemento. (*Entrevistado 2*, 2018).

A gente passava sacolinha na porta das fábricas pedindo 10.... ou era 100? de cada um para ajudar. O dinheiro também servia para comprar cesta básica para os que fossem demitidos por causa da greve. (*Entrevistado 4*, 2018).

Também não lembro se era 10 ou 100. (*Entrevistado 2*, 2018).

Ao todo, a conversa durou cerca de duas horas, que foi finalizada com a promessa de outro encontro próximo para que possamos levantar mais dados a fim de realizar as entrevistas de história oral propriamente dita com os depoentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram realizadas entrevistas, denominadas por Meihy e Holanda (2013) como ponto zero, com pessoas que pudessem nos auxiliar no levantamento de sujeitos que tivessem atuado na produção e/ou distribuição da TM nos períodos de intervenção do Sindicato. São pessoas que conhecem a história do grupo, dos metalúrgicos, dos sindicalistas da região.

Durante as horas em que estivemos conversando, ouvimos surpreendentes histórias que certamente são, em sua maioria, ignoradas do grande público e nos parecem de extrema relevância para melhor compreender os momentos que culminaram no movimento denominado como novo sindicalismo.

Tratamos essas conversas como informais, pois não seguiram o rigor necessário da metodologia de história oral. Queríamos, naqueles momentos, apenas estreitar relações e conhecer um pouco mais das histórias dos nossos futuros depoentes.

Os entrevistados, no constante movimento de resgatar o passado no tempo presente, recorreram, com frequência, à memória do grupo, coletiva, como forma de evocar suas próprias lembranças.

A presença de materiais impressos, como o livro ou as próprias edições da TM, promoveram evocações diversas nos sujeitos, antes não lembradas ou recordadas de outra forma. Ao que tudo indica, acreditam que esses suportes possuem mais credibilidade em relação os fatos do que suas próprias lembranças.

Em alguns momentos, ao olharem para o livro com a história do Sindicato, afirmaram categoricamente que as informações ali contidas estavam incorretas, que os fatos ocorreram de outra forma. Mas, em outro momento, atribuíram ao livro a informação correta. Em alguns, ainda, não se recordaram de informações, como no caso do valor da “sacolinha” do fundo de greve. Seria 10 ou 100 cruzeiros? O valor correto realmente não nos importava, afinal: “(...) a verdade está intrínseca na versão do próprio narrador, trata-se da sua verdade, de acordo com suas opções do que revelar ou ocultar” (Perazzo & Caprino, 2011, p. 806).

Percebemos, portanto, a todo momento, o que Bosi (2001) chama de construção social da memória, mesmo quando os entrevistados não se encontram presencialmente juntos:

Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história (Bosi, 2001, p. 66).

REFERÊNCIAS

- Alberti, V. (2013). *Manual de história oral* (3ª ed.). São Paulo: FGV Editora.
- Bergson, H. (2010). *Matéria e Memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bosi, E. (2001). *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. 9ª ed. São Paulo: Companhia das Letras
- Brasil. (2005). *Secretaria especial de comunicação social. Breve história da imprensa sindical no Brasil*. Cadernos da comunicação. Série estudos. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101406/estudos14.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.
- Halbwachs, M. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro.

Meihy, J. (1996). *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola.

Meihy, J; Holanda, F. (2013). *História oral. Como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto.

Memória. In: Dicionário Houaiss. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 3 out. 2018.

Oliva, A (coord). (1987). *Imagens da luta: 1905/1985*. São Bernardo do Campo, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico.

Paranhos, K. (1999). *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971 – 1982*. Campinas: Editora da Unicamp.

Perazzo, P.; Caprino, M. (2011). História oral e estudos de comunicação e cultura. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 801-815.

Perazzo, P.; Goulart, E.; Lemos, V. (2005). Memória e Cidadania nos acervos de História Oral e Mídia Digital in *Em Questão*. Porto Alegre, V.11, nº 1, pp:153-166.

Rocha, R. (2013). *Trinta anos da intervenção que desafiou regime*. *Diário do Grande ABC*. Disponível: <<https://www.dgabc.com.br/Noticia/466916/trinta-anos-da-intervencao-que-desafiou-regime>>. Acesso em 1 out. 2018.

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Campanhas salarias – 1979. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=349>. Acesso em 1 out. 2018.

_____. (2009). Os 30 anos da Greve de 41 dias. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=18619&id_SUB=87>. Acesso em: 1 out. 2018.

_____. (2009). Campanhas salarias – 1984. Disponível em: <http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=1369>. Acesso em 1 out. 2018.

Tribuna Metalúrgica. (1984). Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Ed. 619, janeiro.